

## **O dragão da inércia cartorial**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

O governo de Fernando Henrique Cardoso enfrentava inicialmente dois desafios principais na área econômica: manter o regime de inflação baixa e dismantlar os mecanismos de apropriação de renda de natureza cartorial, firmemente enraizados na tradição brasileira, em particular reformando o setor público. Esse vínculo entre melhoria da qualidade do gasto público e dismantlamento de interesses cartoriais é claro, por exemplo, na legislação previdenciária vigente e nas regras que regem o funcionalismo público. O fato novo na vida política brasileira era que o programa de governo se baseava no reconhecimento da prioridade das medidas que assegurassem que esses objetivos fossem alcançados.

O balanço de 1995 sublinha a persistente importância política da redução da inflação brasileira de várias dezenas de pontos percentuais mensais para algo rondando 1% ou 2% ao mês. Foi possível romper a inércia inflacionária, embora o sucesso acabasse dependendo, pelo menos temporariamente, do controle casuístico do gasto público, com claro desgaste político do governo (ou de parte dele).

O plano de estabilização, reconhecido como o grande eleitor na vitória de FH em 1994, continuou a servir como esteio principal a explicar a força política do governo, ou pelo menos do presidente. Foi possível, assim, extrair do Congresso, algo atordoado e temporariamente incapaz de mobilizar seus consideráveis dotes fisiológicos, a aprovação de uma extensa lista de reformas estruturais, consideradas prioritárias pelo governo. Entretanto, as reformas fiscal, previdenciária e do setor público, de importância crucial, ainda não foram consideradas pelo Congresso Nacional.

Os fatos, especialmente no segundo semestre, mostraram que, embora muitos parlamentares, inclusive no PSDB, tivessem grande entusiasmo em participar da apropriação dos benefícios políticos advindos da estabilização de preços, mostravam grande reticência quanto à aprovação de reformas que permitissem ao governo responder aos desafios relacionados à tradição cartorial e à qualidade do gasto público. De fato, é obscuro em que medida, mesmo na coalizão governamental, há consciência que o controle inflacionário sustentado depende do avanço destas reformas estruturais. Essa incompreensão parece contaminar expressivos segmentos do próprio governo, menos dispostos, do que se supunha a princípio, em controlar efetivamente os gastos estatais. Configura-se, assim, uma inércia cartorial, de natureza mais estrutural do que a inércia inflacionária, e talvez mais difícil ainda de ser rompida.

Essa resistência ao dismantlamento da cornucópia cartorial de distribuição de benesses pode ser exemplificada pelo tratamento dispensado, pelo governo, ao setor automotivo. Em nome da defesa das reservas cambiais, o governo dedicou-se, enquanto protelava as necessárias medidas de contenção de demanda neutro, à distribuição de benefícios a setores específicos, em especial ao automotivo. Foi aumentada a tarifa, foram estabelecidas as bases para a introdução de cotas de importação e retornou-se a uma versão modificada de programa da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas de Exportações (Befiex), agora com a

possibilidade de importação de veículos completos pelas montadoras instaladas no País a tarifas inferiores às pagas por outros agentes econômicos, dependendo de seu desempenho exportador. A força desses interesses setoriais é muito significativa, justificando o desgaste na Organização Mundial de Comércio, que condenou a introdução de cotas, e a persistência no uso de incentivos relativos ao desempenho exportador de legalidade discutível perante a OMC, para aumentar a lucratividade das montadoras instaladas no País. É bastante provável nova reprovação do Brasil pela OMC, a despeito de tentativas de legalização do regime automotivo brasileiro tomando carona no preexistente, e legalizado, regime automotivo argentino.

A mais importante consequência desse tratamento preferencial, é que abriu-se espaço à tentativa de generalização da distribuição de favores públicos, em nome da isonomia, ao arripio das intenções programáticas do governo e em meio a lamentações sobre o “desamparo” da indústria. O ambiente criado pela solução dos problemas relacionados às quebras do Banespa e do Banco Econômico, a despeito de possíveis defesas baseadas no risco sistêmico para o sistema financeiro, reforça a impressão de que a “viúva” – o governo federal e, em última instância, o contribuinte – está sempre disposta a resgatar a imprudência, incompetência ou incorreção administrativa, desde que os implicados disponham de poder político.

Não é que muitos dos críticos do governo demonstrem coerência quanto à defesa dos cofres públicos. O atual debate sobre a Previdência ilustra este ponto claramente. Os partidos de oposição ao governo defendem a perpetuação de sistema previdenciário que discrimina de forma iníqua os empregados do setor público e do setor privado. Por que é mesmo que os empregados públicos devem receber aposentadorias significativamente maiores do que as de empregados do setor privado que exercem a mesma função? Essa é a isonomia que interessa.

A constatação que se impõe é a de que a energia política do governo em 1996 deve necessariamente concentrar-se na ruptura da inércia cartorial. Para isso, é necessário que o debate político sublinhe a importância da equidade na distribuição dos recursos públicos e que sejam retomados, em ampla frente, os objetivos de desregulamentação, privatização e controle do poder de mercado em setores oligopolistas e monopólios naturais. A vitória definitiva contra a inflação requer a vitória sobre o dragão da inércia cartorial.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.